

FIANDEIRAS E TECELÃS: O COTIDIANO DE OPERÁRIAS TÊXTEIS FABRIS EM MINAS GERAIS NO FINAL DO SÉCULO XIX – UM ESTUDO NA CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA (1872-1930)

Junia de Souza Lima
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Resumo: As fábricas de tecidos instaladas no Brasil a partir de meados do século XIX se constituíram em um espaço de trabalho significativo para uma parcela da população feminina. Empregavam-se aí principalmente meninas órfãs, mulheres viúvas e solteiras, onde passavam boa parte da vida. Este texto apresenta alguns aspectos sobre a inserção das mulheres nas primeiras fábricas têxteis, bem como sobre alguns aspectos do cotidiano e das condições de trabalho vivenciadas por elas nesse trabalho. Toma-se como objeto de estudo a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira entre os anos de 1872 a 1930.

Palavras – chave: mulheres; trabalho; fábrica têxtil; Cia Cedro e Cachoeira; Minas Gerais

Área 1: História econômica e demografia histórica

FIANDEIRAS E TECELÃS: O COTIDIANO DE OPERÁRIAS TÊXTEIS FABRIS EM MINAS GERAIS NO FINAL DO SÉCULO XIX – UM ESTUDO NA CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA

Junia de Souza Lima¹

*Transforma, pois, minha filha,
Tua caneta em agulha, e queima
O teu papel, precisas de decidir-te
A fia e a coser: eis a tua profissão.
Choderlos de Laclos*

1 - Introdução

O envolvimento das mulheres com a produção têxtil é algo que remonta a civilizações milenares.

Segundo Évelyne Surellot (1970), desde o Antigo Egito que as tarefas têxteis estiveram entregues às mulheres. Era delas o trabalho de colher, tratar, tingir, fiar e tecer o algodão e outras fibras têxteis como a lã e a seda.

Ainda de acordo com Surellot, tais funções se inserem no processo de divisão social e sexual do trabalho que se operou ao longo dos séculos, delimitando as funções de homens e de mulheres, ficando reservado a estas últimas o encargo de cuidar, nutrir e vestir. Em sua análise Surellot argumenta que a mulher sempre foi vista como produtora, ou seja, “foi criada para fazer filhos, leite para os filhos e, daí todo o resto” (SURELLOT, 1970, p. 27).

Conforme Maria Valéria Pena (1981) esta divisão de tarefas entre homens e mulheres foi justificada, ao longo do tempo, a partir da própria condição de ser mulher e da sua sexualidade. Ou seja, é gerando filhos e cuidando para que se mantenham vivos que ela realiza a identidade que lhe foi sendo imposta.

De tempos em tempos, ecoa no meio da multidão uma voz, geralmente masculina, lembrando o que é devido às mulheres. Na Grécia Antiga, uma dessas vozes foi a de Platão ao afirmar que “se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos, teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho!” (SURELLOT, 1970, p.27).

No século XVIII, foi a vez de Choderlos de Laclos, como descrito na epígrafe desse texto, lembrar à sua amiga e também romancista, Madame de Genlis, que a sua profissão era a de fiar e coser, e, portanto a pena e o papel não eram instrumentos propícios a ela: “Transforma, pois, minha filha, tua caneta em agulha, e queima o teu papel, precisas de decidir-te a fiar, e a coser: eis a tua profissão” (*apud* SURELLOT, 1970, p.58).

Um século depois, durante uma exposição, em Paris, em 1867, coube a um delegado operário francês afirmar que o “destino da mulher é a família e a costura (...). Ao

¹ Professora Universitária

Mestre em Educação Tecnológica pelo Programa de Pós Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Participante do grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos sobre Memória, História e Espaços – NEMHE – CEFET/MG

homem, a madeira e os metais, à mulher a família e os tecidos” (*apud* MICHELLE PERROT, 2005, p.171).

No Brasil e, mais especificamente, em Minas Gerais isso não foi tão diferente. Durante o final do século XVIII e boa parte do século XIX, muitas mulheres brancas, negras, livres, escravas, ricas e pobres se encarregaram de fiar e tecer para vestir a si mesmas, a sua família e boa parte da população provincial, numa dinâmica e importante produção têxtil artesanal caseira, contribuindo, não só para manutenção e sustento da casa, mas, também, para produzir a riqueza da Província. Nesse período, de acordo com Douglas Cole Libby (1988, p.198), era “frequente as casas onde a totalidade do elemento feminino adulto, isto é, as mulheres livres e as escravas se debruçavam sobre as rocas e teares”. Para este autor a indústria têxtil doméstica, amplamente difundida entre as mulheres, independente da origem social, econômica e racial, pode ser considerada como meio de nivelamento da sociedade mineira para primeira metade do século XIX, pelo menos no que se refere à população feminina. Essa afirmação de Libby pode ser exemplificada na descrição feita por Paulo Tamm (1960) de algumas das atividades diárias de “Dindinha”, apelido dado a Policena Mascarenhas, matriarca da família fundadora da Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira - CCC. Na descrição feita por Tamm é perceptível o envolvimento dela juntamente com suas escravas nas tarefas têxteis:

Uma ocasião começou a criar carneiros, e ao fim de pouco tempo já tinha formado um rebanho, do qual fazia periodicamente a tosquia, juntamente com as escravas que separava para isso, e com elas fiava à mão a lã cortada. As negras fiavam também algodão naqueles 12 teares de madeira que havia na fazenda – enquanto ela ficava trabalhando em sua roca, da qual nunca se separara desde criança, tendo-a trazido consigo quando se casara. (1960, p.80)

Este envolvimento das mulheres com os têxteis acabou sendo incorporado pelo capitalismo originado ainda no final do século XVIII na Inglaterra, fazendo delas o maior contingente de trabalhadores nas fábricas têxteis capitalistas fundadas não só na Europa como nos Estados Unidos e no Brasil.

Edward P. Thompson (1987, p. 170), analisando a força de trabalho em fábricas inglesas, afirmava que “no principio da década de 1830 (...) a força de trabalho adulto nas indústrias têxteis do Reino Unido atingia 191.671 pessoas, das quais 102.812 eram mulheres e apenas 88.859, homens.”

Nas diversas fábricas de tecidos brasileiras, instaladas principalmente a partir de meados do século XIX, as mulheres também representaram a maioria dos trabalhadores. Tomando como base Minas Gerais, a partir de 1872, data da fundação da primeira fábrica têxtil mineira², a predominância da mão-de-obra feminina foi uma constante. Ao se dirigir a Assembléia Provincial em 1883, o presidente da Província de Minas Gerais confirmava esse fato ao relatar que:

[...] Um dos mais belos frutos da iniciativa individual, entre nós, são as fábricas de tecidos estabelecidas ao norte da província (...). Os brilhantes resultados d’esse nobilíssimo cometimento despertarão, nos municípios vizinhos, o espírito industrial e hoje conta a nossa província nove fábricas que elevam o ao importante algarismo de cerca de 12:000 metros de panos a produção diária, e dão trabalho profissional e lucrativo a 700 operários, a máxima parte do sexo feminino [...]. (Antônio Gonçalves Chaves, 1883)³

² Fábrica do Cedro, propriedade da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

³ Discurso proferido por Antonio Gonçalves Chaves à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto, Tipografia do Liberal Mineiro, 1883. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/index.html>

Na Fábrica do Bom Jesus d'água Fria é relatado por um informante que dos 140 operários existentes na fábrica na década de 1880, 80 deles eram mulheres. Em Biribiri havia em 1883, 130 operários dos quais 110 do sexo feminino, com idade entre 10 e 30 anos. (LIBBY, 1988, p.235-236). Em dados apresentados por Ana Paula Mendonça de Resende (2003, p.63), referentes à Cia Industrial São Joanense, entre os anos de 1897 a 1900, as mulheres corresponderam com mais de 80% da força de trabalho.

Na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira – CCC, objeto do estudo de caso no qual se fundamenta esse texto⁴, de acordo com os relatórios das fábricas e livros de ponto, por volta de 1884, as mulheres já representavam a maioria dos operários das fábricas. No primeiro relatório anual da CCC, apresentado por sua Diretoria⁵, consta que, em 1884, trabalhavam na Fábrica da Cachoeira 141 pessoas, das quais 58 eram mulheres e 26 eram meninas. Já na Fábrica do Cedro, em abril de 1885, dos 126 trabalhadores, 68 eram mulheres⁶.

Diante de tudo isso, não resta dúvida da significativa participação feminina nas fábricas têxteis instaladas a partir do século XIX de um modo geral e inclusive em Minas Gerais. Entretanto no que se refere às primeiras operárias têxteis mineiras o que se sabe delas?

A Fábrica do Cedro foi a primeira fábrica têxtil, organizada nos moldes capitalistas de produção fundada em Minas Gerais e foi também a fábrica que deu origem a CCC, assim sendo, suas trabalhadoras podem ser consideradas as primeiras operárias da Província. Quem eram essas mulheres? De onde vinham? O que as levou para o trabalho nas fábricas? O que representou para elas o trabalho em um espaço público masculino como foram essas primeiras fábricas? Que condições de trabalho elas encontraram ali? Que embates e contradições permearam o seu cotidiano? Como se deu essa relação entre as fábricas e as operárias? Algumas de muitas indagações que ao serem mexidas e remexidas podem ajudar a entender um pouco mais a história das mulheres operárias em Minas Gerais.

Este texto tem esse objetivo, trazer à tona algumas reflexões sobre a inserção das mulheres no trabalho fabril, tomando como referência a Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira desde a fundação da Fábrica do Cedro em 1872 até 1930. Os dados aqui apresentados originam-se de diversos documentos históricos produzidos pela CCC desde a sua fundação como: livros de registros de operários, livros de ponto, livros de pagamentos, correspondência pessoal dos gerentes e fundadores da Cia, livros contábeis, relatórios de fábricas, além de outros produzidos por terceiros como os discursos de presidentes da Província de Minas Gerais, os jornais publicados no período em questão e que circulavam na região onde se localizavam as fábricas analisadas e diversos documentos localizados no Arquivo Público Mineiro.

2 - A Companhia de Fiação Tecidos Cedro e Cachoeira - CCC

No Brasil os primeiros contornos de um processo de industrialização capitalista foram delineados ainda no início do século XIX, mas foi a partir da década de 1870 que este processo se expandiu e se fortaleceu impulsionado principalmente pelo algodão. Os ares republicanos já começavam a soprar e nas palavras de Stanley Stein “a indústria democrática apontava o caminho da modernização e revitalização do Brasil. Só ela, pensavam alguns

⁴ Este artigo fundamenta-se na pesquisa de mestrado intitulada “De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira(1872-1930)”, defendida no Programa de Pós Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, em agosto de 2009.

⁵ Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas - MTDMM

⁶ Livro de Ponto da Fábrica do Cedro – 1884-1885- Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas MTDMM

brasileiros, poderia trazer felicidade para o trabalhador e aumentar o capital dos investidores?”. (1979, p. 97)

A partir de 1870, muitas fábricas de tecidos foram criadas e muitas já instaladas conseguiram ampliar seu capital e sua produção. Fortalecida, a indústria têxtil se inseriu no período como o próprio símbolo da modernidade e do progresso. E nada melhor que as fábricas com suas chaminés enfumaçadas para simbolizar esse ideário. Sem dúvida, a industrialização significou para muitos o caminho para aproximar o Brasil do modelo capitalista da Europa e dos Estados Unidos. Tal eufemismo industrializante, progressista e modernizante foi muito bem explicitado pelo industrial mineiro Bernardo Mascarenhas quando se referiu à indústria no final do século XIX:

Se a nossa Província tivesse umas 20 fábricas bem colocadas, por certo que estaria em condições mais vantajosas nas suas finanças e progresso, pois os milhões de metros de fazenda que fossem fabricados seriam consumidos na Província, lançando fora dos mercados as ordinárias drogas européias, e assim deixar-se-ia de exportar bons milhares de contos por ano, que, ficando na Província, dariam grande impulso à lavoura e ao comércio, e à indústria, triplíce base que faz a grandeza, o progresso e a independência das nações. (*apud* MASCARENHAS, 1954, p. 56)

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira se insere no período do *boom* da industrialização brasileira a partir da década de 1870. Seu destaque é merecido. Foi a pioneira no setor em Minas Gerais, aventurando-se numa atividade que não despertava confiança aos fazendeiros e comerciantes mineiros, principalmente depois do fracasso da fábrica Cana Reino, fundada em 1850, e fechada pouco tempo depois. Acrescido a isso, foi instalada numa região rural, afastada de tudo, com escassez de mão-de-obra qualificada, já que a maioria da população vinha de atividades agrícolas ou comerciais. E ainda sem infraestrutura de estradas que facilitassem o transporte de produtos, maquinários, matéria-prima e outros do gênero. Isso sem mencionar o desafio de enfrentar a concorrência dos produtos estrangeiros, que já tinham um mercado consumidor cativo, principalmente nas áreas urbanas mais desenvolvidas, além da necessidade de criar estratégias de comercialização dos tecidos que seriam produzidos pela Fábrica.

Mas, mesmo diante desse cenário nada promissor, os irmãos Antonio Cândido, Bernardo e Caetano Mascarenhas se uniram e fundaram a sociedade “Mascarenhas e Irmãos” com a finalidade de instalar uma fábrica de tecidos. O resultado foi que em 12 de agosto de 1872 inaugurou-se, no povoado do Cedro, localidade pertencente ao arraial de Tabuleiro Grande, atual cidade de Paraopeba, a Fábrica do Cedro (VAZ, 1990, p.51). Era uma fábrica pequena, montada inicialmente com 18 teares movimentados por uma roda d’água de 40 cavalos de potência (GIROLETTI, 1991, p.24).

Regina Horta Duarte (1986) descreve o povoado do Cedro como um lugarejo pequeno, de baixa densidade demográfica onde predominava as atividades agro-pecuárias pouco desenvolvidas e com mecanização precária. Tratava-se de uma região pobre cujo domínio político era exercido pela Família Mascarenhas, proprietários de grande extensão de terra e, agora, de fábrica de tecidos.

O impacto que a Fábrica do Cedro causou na economia local foi grande, gerou um número considerável de novos empregos, trouxe dinheiro para região, novos recursos e, com estes, estradas e infra-estrutura para a localidade (DUARTE, 1986). A euforia causada por tal empreendimento levou Nelson Senna em 1913 a comparar a Villa de Paraopeba, antiga Tabuleiro Grande, às cidades de Manchester, na Inglaterra e Lowell, nos Estados Unidos. Segundo ele:

O Município de Villa de Paraopeba (...) é dos distritos mais industriais de Minas e do Brasil inteiro. Nele formiga uma legião de operários, como se fosse uma região

de manufaturas de panos, como Manchester, na Inglaterra, ou como Lowell, nos Estados Unidos da América do Norte. (1913, p.595)

Bem planejada e administrada pelos seus fundadores (LIBBY, 1988, p.241), a Fábrica do Cedro atingiu uma rentabilidade acima do esperado. Motivados por esses lucros, outros membros da mesma família decidiram pela construção de uma nova fábrica de tecidos e, para tanto, criaram, em 1873, uma nova sociedade para administrá-la. Assim, em 1877, a fábrica da Cachoeira entrava em funcionamento, nas proximidades da cidade de Curvelo. Era uma fábrica maior do que a Fábrica do Cedro, possuindo inicialmente 52 teares (GIROLETTI, 1991, p. 28).

A fusão das duas fábricas em uma única companhia ocorreu em 1883, devido a algumas dificuldades enfrentadas pela fábrica do Cedro, em função principalmente da concorrência estabelecida por outras fábricas fundadas na Província a partir de 1872, e também, em decorrência da visão modernista de um de seus fundadores, Bernardo Mascarenhas, que “constatara na Europa e nos Estados Unidos o movimento de concentração de capital formando grandes empresas” (GIROLETTI, 1991, p.28).

Nas palavras de Bernardo Mascarenhas:

[...] Denominei a companhia – Cedro & Cachoeira -, de preferência ao nome que de lá veio – União Industrial; já que as nossas firmas muito conhecidas e acreditadas em toda a Província desaparecem perante a organização da nova sociedade. Acho justo, pois, que se conservem os nomes das duas fábricas que fundamos e que são também muito conhecidas. Espero que a semente que lancei há 8 anos brevemente dará frutos com que sonhei desde 1874 quando extasiava-me diante dos altaneiros estabelecimentos manejados por poderosas companhias inglesas. Se as minhas idéias fossem postas em prática quando iniciei a idéia da fusão, que encontrou alguma indiferença e obstáculos próprios daqueles tempos, outro galo nos cantava, - já estaríamos 4 ou 6 anos adiante. Contudo, a árvore plantada não morreu e brevemente espero ver-lhe os abençoados frutos [...]. (MASCARENHAS, 1954, p. 71)

Um ano antes da criação da Cia Cedro & Cachoeira, Bernardo iniciou a montagem de uma fábrica de tecidos na fazenda São Sebastião, de propriedade de seu pai, o Major Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas, cuja mão-de-obra era composta basicamente por escravos da fazenda. E, em 1891, a CCC ampliou seu capital com a aquisição da Fábrica de São Vicente, localizada na região de Baldim. (MASCARENHAS, 1972, p. 155).

Atualmente, a Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira possui quatro fábricas em Minas Gerais – a fábrica do Cedro, a pioneira, localizada em Caetanópolis, antigo povoado do Cedro, as fábricas Victor Mascarenhas e Caetano Mascarenhas, ambas localizadas em Pirapora e, por último, a fábrica Geraldo Magalhães Mascarenhas, localizada no município de Sete Lagoas.

3 - As operárias: “os melhores empregados”

O conjunto de trabalhadores da CCC era composto, primeiramente, por técnicos estrangeiros, recrutados na maioria das vezes, fora do país. Eram responsáveis pela montagem e a manutenção de todo o maquinário, além de ocuparem os cargos altos na administração das fábricas, ficando subordinados apenas aos proprietários e gerentes. Outro grupo de operários era formado pelos trabalhadores contratados para serviços específicos como os carpinteiros, os ferreiros, pedreiros, serradores etc. Por fim, no último contingente de operários encontravam-se os operários encarregados da produção de tecidos propriamente dita. Segundo Giroletti, tratava-se de uma “massa de operários desprovida de meios próprios

de produção dependendo exclusivamente da venda do trabalho para sobreviver.” (GIROLETTI 1991, p. 63).

De modo geral, o recrutamento dessa “massa de operários” era feito na própria região onde se localizava a fábrica ou em cidades da região como Diamantina e Montes Claros. Em sua maioria eram brasileiros, oriundos das lavouras cujo perfil social foi assim descrito por Domingos Giroletti:

Exceção feita do qualificado que é contratado no exterior ou, internamente, em centros maiores como o Rio de Janeiro, a maior parte dos operários industriais fora recrutada entre artesãos, camponeses (pequenos sítiantes ou agregados), trabalhadores rurais e vários tipos de “desclassificados sociais” (libertos, escravos, ex-escravos, órfãos, menores, viúvas, “gente pobre”). Provinha de um agregado heterogêneo do ponto de vista étnico, social e cultural: indivíduos sem tradição comunal-cultural ou organizativa, muitas vezes sem estrutura familiar definida. Eram desprovidos dos meios de produção ou de maiores habilidades profissionais. Na sua composição predominavam mulheres e menores. Deste contingente social originou-se a maior parte do operariado industrial do Centro e do Norte de Minas (1991, p.81).

Dentre o último grupo de operários, as mulheres eram a maioria e foram chegando aos poucos. Segundo dados do primeiro livro de ponto da Fábrica do Cedro, datado de 1873 a 1878, havia na primeira semana de janeiro de 1873, 19 operários registrados, dos quais 4 eram mulheres. Tratava-se de Joaquina Venância, sua escrava Inocência, Anna Arcanja e sua escrava Delminda. É somente a partir de 1878 que o número de mulheres se torna mais significativo em relação ao total de operários registrados. Na semana de 3 a 10 de março de 1878, o livro dá conta de 50 operários, sendo que 27 deles eram mulheres⁷. Outros livros semelhantes analisados indicam que a porcentagem entre homens e mulheres, dentro da Fábrica do Cedro, se manteve equiparada, até meados da década de 1880, quando então as mulheres se tornaram majoritárias em relação aos homens pelo menos até 1940, último livro de ponto analisado.

Ao que tudo indica, elas foram se tornando aos olhos dos industriais os “melhores empregados” como afirma Francisco Mascarenhas, gerente da Fábrica da Cachoeira, em carta de 23 de fevereiro de 1887, cujo destinatário era o gerente da Fábrica do Cedro: “Como sabes não convém que façamos mais casas; as que têm são suficientes, tanto mais que na proporção que alguma família se retira, a vou substituindo por moças do convento que são os melhores empregados”⁸.

O GRAF 1, abaixo, possibilita uma visualização da progressão numérica de mulheres e homens no período de 1873 a 1932 na Fábrica do Cedro:

⁷ Libby (1980, p. 243) analisando o mesmo documento apresenta dados com algumas diferenças. De acordo com esse autor havia em 1878, 51 operários regulares, sendo 32 mulheres e/ou meninas e 19 homens e /ou meninos. Atribui-se a diferença de dados ao período do ano analisado pelo autor, pois o documento em questão é organizado por semanas de trabalho, ocorrendo pequenas variações entre uma semana e outra.

⁸ Caixa de Correspondência nº 11 – Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas - MTDMM

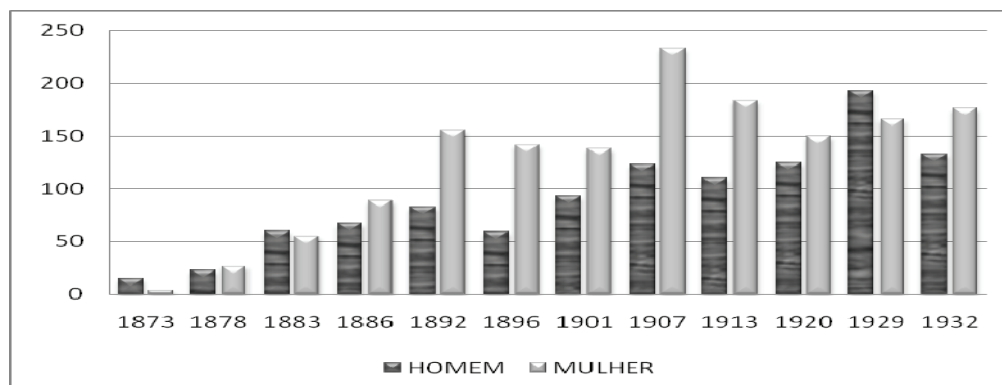


GRÁFICO 1: Número de Mulheres em Relação aos Homens na Fábrica do Cedro - 1873-1932
 Fonte: livros de ponto e de pagamento da Fábrica do Cedro – MTDMM

Observa-se que nos anos de 1873 a 1883 houve uma ascensão do número de trabalhadores de ambos os sexos, mas a partir de 1886, o número de operárias se sobrepõe ao de operários, tendência que se manteve ao longo do período. Percebe-se também que, em 1929, houve uma inversão numérica quanto aos sexos que, segundo análises dos livros de pontos, decorreu do aumento de funções técnicas, ligadas à modernização tecnológica da fábrica, cuja mão-de-obra empregada foi a masculina. Na década de 1930, as mulheres voltam a ser maioria, porém a diferença entre a quantidade de homens e mulheres se reduz.

3.1 – Das condições sociais e econômicas: pobres, sozinhas e migrantes

As primeiras operárias têxteis mineiras, ao que tudo indica eram mais assíduas e constantes no trabalho. Poderiam mesmo ser consideradas como trabalhadoras de quase de uma vida inteira. Ingressavam nas fábricas, muitas delas, ainda meninas e permaneciam por mais de 40 anos no trabalho fabril, afastando-se da fábrica por doença e ou por velhice. A carta escrita por uma operária da Fábrica do Cedro na década de 1930 é um valioso depoimento desse processo:

Ex. S^a Diretores da C.C.C.
 Belo Horizonte

Tendo-me ingressado nos serviços desta conceituada empresa, desde a compra pela companhia da fábrica de São Vicente, em época que não posso mais me recordar, procurei sempre demonstrar a maior dedicação nos serviços que a mim confiaram os chefes daquela época, e há vinte e muitos anos consegui minha transferência para aqui por benevolência do Exmo. Senhor Cel. Caetano, tendo sempre como encargo o lugar de tecelona. Presentemente sentindo sem forças para o trabalho, venho a presença de Vossas Exs. solicitar a minha aposentadoria confiada nos sentimentos magnânimos dos dignos Diretores que no presente dirige os negócios desta fábrica. Tenho mais a dizer-lhes que antes da compra da Fábrica de São Vicente, a humilde operária que vos dirige já havia ingressado nos serviços desde o ano de 1882. Contando ser atendida no justo pedido que venho vos fazer, curvo-me sinceramente agradecida.

Ritta Maria Cedro, 3 de março de 1932 (Caixa Box nº 219 – MTDMM)

As trabalhadoras provinham de famílias pobres que viviam em precárias condições de vida. Muitas eram órfãs, encaminhadas para as fábricas por parentes, que viam nesse trabalho uma forma de conseguir um lugar e uma “proteção” para essas meninas. Conforme explicitado em uma correspondência de 04 de setembro de 1895, escrita por Caetano Mascarenhas endereçada ao superintendente da CCC informando que: “Arranjei a

abadessa que precisas e me parece que há de desempenhar bem o cargo. É uma coitada de Diamantina e que traz muito boas referências e que a pobreza obriga a se retirar de lá onde a vida é cara.⁹ Já em outra, o gerente da Fábrica de São Sebastião encaminha uma viúva que busca emprego para si e seus filhos em uma das fábricas da Cia:

[...] É apresentante desta a minha comadre a Senhora Luiza que procura emprego nessa fábrica. É uma pobre viúva carregada de filhos e leva um irmão em sua companhia. Durante o tempo que aqui estiveram procederam sempre bem, e estimarei que aí achem cômodos e emprego [...]. (25/08/1888 – Caixa Box nº 11 A – MTDMM, grifo nosso)

A condição de pobreza era tão acentuada que as futuras operárias necessitavam da ajuda da Cia antes mesmo de assumirem o posto de trabalho. Conforme relatado na carta de 02 de novembro de 1896, escrita por Jose Mortmer Dayrell, um comerciante da região do Serro, incumbido de arregimentar operárias para a CCC:

[...] Tenho ainda a comunicar-lhe que por um amigo a quem incumbi de agenciar trabalhadoras para esta Companhia, fui informado de que obteve para o trabalho das fábricas 15 ou 20 moças; mas que são excessivamente pobres e por isso pedem algum dinheiro em adiantamento para poderem fazer as despesas necessárias com os preparativos da viagem. Se convier ao amigo fazer o adiantamento exigido, queira transmitir suas ordens, a fim de que eu possa providenciar sobre a ida dessas moças, ficando assentado, conforme aí me disse o amigo, que a Companhia fará todas as despesas da viagem até a fábrica [...]. (Caixa Box 25 A – MTDMM, grifo nosso)

Contudo tal adiantamento se caracterizava como um empréstimo cujo ressarcimento deveria ser feito pelas trabalhadoras. Desta forma elas já iniciavam o trabalho nas fábricas como devedoras dos patrões. E ter a certeza de que receberiam de volta o investimento inicial foi uma preocupação dos proprietários das fábricas. Isto fica claro em algumas missivas analisadas como a do gerente da Fábrica do Cedro de 23 de março de 1890, cujo depositário era o gerente da Fábrica de Montes Claros, reclamando quanto ao valor das despesas iniciais das operárias, que com certeza teriam dificuldades em quitar sua dívida com a Cia:

[...] Achei excessivas as vendas que fez às operárias, e que estão fora do que foi autorizado a respeito. Porquanto deveria ser fornecido às operárias somente o que fosse necessariamente urgente para a vinda, pois com certeza muitas não poderão pagar as dívidas contraídas em vista de estarem os salários apenas dando para subsistência, não tendo nenhuma a suficiente prática de tear, fim para qual as pedi [...]. (Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1889-1890, p. 214-215 – MTDMM)

Além da pobreza material, outra característica compunha o perfil socioeconômico da mão-de-obra feminina. As mulheres eram prioritariamente sozinhas, ou seja, órfãs, solteiras ou viúvas. A justificativa para esta preferência é dada pelos próprios industriais: “não dão falhas, e se adoecer algum é uma falha só”.¹⁰ Em 17 de agosto de 1888, o gerente da Fábrica do Cedro reforça esta opção ao escrever para o Coronel Gregório Veloso, da Fábrica de Montes Claros, se prontificando a receber algumas operárias desta fábrica, desde que viessem sozinhas, como ele mesmo diz: “receberei como disse a V. S^a vinte moças para o Convento, mas sós, sem ligações com suas famílias, pois para estas não tenho absolutamente

⁹ Caixa Box nº 10 A – Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas

¹⁰ Gerente da Fábrica da Cachoeira em 12/04/1887 – Caixa Box nº 15 A – MTDMM

cômodos”¹¹. Outra missiva escrita em 28 de junho de 1894 pelo superintendente da CCC e encaminhada ao gerente da Fábrica de São Vicente também se constitui em outro exemplo:

[...] A fábrica daqui necessita de umas dez moças tecelonas, pois que estão vagos alguns teares por enfermidade, mudança ou casamento de algumas. Há dificuldade de se obter por aqui este tipo de pessoal, pelo que peço para te esforçares o mais possível para arranjar por aí aquele número, para ficarem residentes no Convento [...]. (Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1894, p.271 – MTDMM)

A análise das fontes sugere que o esforço empreendido pelos industriais no sentido de arregimentar mulheres só para suas fábricas foi algo expressivo. Se por um lado os proprietários e gerentes se mobilizavam para conseguir estas trabalhadoras, por outro, as próprias mulheres, seus parentes ou outros membros da sociedade, também buscavam empregá-las no trabalho fabril. Cartas como as que se seguem dão prova deste fato:

[...] hoje uma viúva do Bairro Alto mandou me pedir para escrever-lhe sabendo se ainda o Senhor aceita empregados, adiantando-lhe a quantia para a condução ou mesmo a condução e precisa com brevidade [...]. (Caixa Box nº 25 – MTDMM)

Em 25 de agosto de 1888 outra interessada no trabalho fabril se apresentava ao gerente da fábrica de São Sebastião em busca de um lugar nesta fábrica: “Aqui veio uma mulher daí que tem filhos na fábrica, e veio oferecer seus serviços; não a conheço e quero que me digas quem é essa senhora.”¹²

Quintiliano Senna, comerciante da região, interessado em empregar uma sobrinha órfã escreve para o superintendente da CCC em 22 de julho de 1890 com o seguinte pedido: “Tenho uma sobrinha órfã de pai e mãe, a qual acha-se em meu poder, e peço-lhe a sua valiosa proteção arranjando-me um lugar para ela no Convento e bem assim um emprego na fábrica.”¹³

Em seu avesso, essas cartas expõem a fragilidade de um grupo social que teve na fábrica capitalista uma alternativa de vida com menos privação e certa dignidade. Douglas Colle Libby (1988) considera que a mulher se constituiu na parcela mais “exposta” ao processo de proletarização, para quem ele chegou de forma mais contundente. Desamparadas social e economicamente, elas acabaram tendo que se render às fábricas têxteis. Os homens, ao contrário, puderam encontrar alternativas no trabalho agrícola, principalmente nas fazendas

É certo que as mulheres poderiam contar com outras formas de ganhar a vida. Numa economia diversificada como a de Minas Gerais no período em questão, Libby (1988) argumenta que era possível se encontrar alternativa de trabalho. Mas há que se pensar que no caso das mulheres do século XIX essas alternativas não eram muito grandes. Além disso, por pior que fossem as condições, o trabalho fabril possibilitava a elas melhores salários.

De acordo com Évelyne Surellot (1970) a miséria acabou por minar as esperanças de muitas delas. Ficou cada dia mais difícil resistir à fábrica, afirma esta autora, principalmente porque os salários oferecidos ali superavam, muitas vezes, o que se poderia conseguir trabalhando em casa. Essa resistência fica mais difícil quando se associa ao salário, à moradia e à “proteção” como foi o caso de muitas fábricas brasileiras e mineiras.

Chama-se a atenção aqui para o fato de que essa opção por trabalhadores sozinhos parece não ter sido uma regra aplicada à mão-de-obra masculina adulta. As cartas que se referiam à contratação de trabalhadores do sexo masculino indicam que eles vinham, na maioria das vezes, acompanhados de suas famílias. Como foi o caso, por exemplo, de um

¹¹ Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1888-1889, p.419-420- MTDMM

¹² Caixa Box nº 3 A - MTDMM

¹³ Caixa Box nº 11 A - MTDMM

operário chamado Antonio Lages, chefe de família encaminhado para o trabalho em uma das fábricas da Cia pelo gerente da Fábrica da Cachoeira, em carta datada de 9 de julho de 1885:

[...] É portador d’esta o Sr Antônio Lages, Chefe de família sobre a qual falei-te no Engenho Novo. A Abodestina, sua filha, deixarás saudades; é moça cujo comportamento é digno de ser imitado. Virgíneo, é menino exemplar para filatório. José é bom, mas pouco ajuizado. Os chefes da família são bons, e o Sr. Lages é homem do trabalho e entende alguma coisa de pedreiro [...]. (Caixa Box nº 14 A – MTDMM)

A preferência por mulheres sós chama a atenção para algumas questões. É certo que operários sozinhos sem família, era algo economicamente atrativo para as fábricas. No caso das moças, como se verá adiante, estas eram acomodadas nos conventos organizados especialmente para isso, o que saía extremamente barato. Neste caso, era de se perguntar por que o mesmo não foi feito para os homens. Aqui parece importante chamar a atenção para determinados aspectos culturais e sociais que envolvem a vida das mulheres e que ao que tudo indica estiveram presentes no cotidiano do trabalho fabril de algumas operárias mineiras do final do século XIX.

Nesse sentido é significativo pensar até que ponto a representação social e o papel que a mulher e a família possuíam neste período contribuíram para a escolha por operárias sozinhas.

Segundo Michelle Perrot (2005, p. 179), os proprietários de fábricas, ao lançarem mão das mulheres sozinhas, acabavam se mostrando preocupados em preservar a família, já que, ainda segundo essa mesma autora, a mulher casada “não pertence mais a si mesma, ela pertence a seu marido e a seus filhos; reunidos eles formam a família”. Perrot (2005) ainda argumenta que o trabalho da mulher apresentava, no final do século XIX, um caráter complementar. Dessa forma, as moças começavam a trabalhar muito jovens retirando-se quando do casamento, podendo recomeçar mais tarde, já viúvas. As cartas analisadas e muitas já transcritas aqui caminham nesta direção. Uma dessas cartas é a que foi escrita por Mascarenhas e Irmãos em 05 de fevereiro de 1881, endereçadas à operária Hermegilda Mitz quando de sua saída dos trabalhos na Fabrica do Cedro para se casar:

[...] O trabalho é a lei suprema da humanidade e a preguiça é cancro roedor, causa da miséria e que muitos prejuízos têm dado a esta fábrica. Nos nove anos que Vmcê. tem trabalhado aqui, tem desenvolvido sempre uma atividade de dedicação tão acima do comum que raras têm sido as companheiras que lhe têm igualado. Se seu trabalho nos tem sido lucrativo, seu exemplo muito mais vantajoso nos tem sido. É, portanto, nosso dever, hoje, no dia do seu casamento, manifestar-lhe o quanto lhe somos gratos, pedindo-lhe haja de aceitar o pequeno adjutório, que incluso lhe oferecemos. Que Deus abençoe o seu consórcio são os votos dos respeitadores e obrigados, Mascarenhas e Irmãos [...]. (Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1881 a 1883, p. 486 – MTDMM)

De acordo com o modelo de família da época, a mulher carregava a simbologia da mãe, da esposa, da dona de casa e tudo o mais que isso implicava: a fidelidade, a honradez, a submissão, a abnegação, a discrição, a delicadeza etc. Nas fábricas, lhes eram exigidas estes mesmos atributos. Assim estas instituições acabaram por cumprir o papel de “ajudar” estas moças com a educação e subsistência até que finalmente alcançassem a sua função – o casamento. Tal modelo idealizado contrasta com a vida das famílias operárias e das mulheres pobres que, a despeito dessa idealização, precisavam trabalhar para complementar ou mesmo cobrir todo o orçamento doméstico. Neste contexto, a educação e a disciplina a que as mulheres estavam sujeitas cumpria exatamente a função de preservá-las para o casamento, mesmo ou apesar de se tornarem operárias. É nesse contexto que Hermenegilda, a operária da

carta acima, fez por merecer uma carta tão terna e grata dos patrões, porque ela correspondeu ao investimento e às expectativas nela depositadas. Esta operária, conforme dito na carta se constituiu em um exemplo como trabalhadora e como mulher. Trabalhou com a dedicação acima do esperado e com isso proporcionou o lucro tão esperado pelos seus dirigentes e se retira da fábrica para assumir o lugar para o qual foi educada. E educar essas moças dentro da CCC foi algo que exigiu dos industriais uma estratégia de controle e vigilância árduos, que passava dentre outras coisas, pela tentativa de garantir a boa moralidade do lugar, pela imposição de regras com vistas ao bom comportamento do operariado e nesse sentido valia a interferência direta na vida privada dos mesmos e na busca por empregados bem comportados, principalmente quando se tratava de operárias. São inúmeras as cartas que trazem preciosos relatos nesse sentido. A título de exemplo transcrevem-se algumas:

[...] Talvez te tenhas esquecido de indagar para Piratininga, ao pároco de lá, se Benedito Avelino da silva é casado lá. Vi-me também obrigado a desterrar a noiva para S. Sebastião, por que os namoros estavam tomando proporções irregulares, e eu receava alguma fuga. Houve muito choro etc, mas, tudo está em seus eixos. Se não pedistes informações que também foram pedidas de cá, pelo Vigário, é bom que peças para se ver se o homem é mesmo casado. Se for solteiro, faz-se á já o casamento, e se casado, receberá cá mesmo o castigo que merece, como ente miserável e indigno de viver entre gente honesta [...]. (Carta escrita pelo gerente da Fábrica da Cachoeira em 30 de agosto de 1885 - Caixa Box nº 3 A- MTDMM – grifo nosso)

[...] Estou hoje despachando para lá 2 famílias de operários daqui e mais 19 raparigas, bem comportadas e boas que de certo nos prestarão bons serviços. Ao todo 26 operários só daqui de Jequitibá. Das vizinhanças espero arranjar mais gente [...]. (Carta do gerente da Fábrica de São Vicente datada de 24/10/1893 – Caixa Box nº 5 – MTDMM)

Além de pobres e sozinhas, outro fato chama atenção a respeito das mulheres operárias da CCC, elas eram migrantes. De acordo com as fontes analisadas, muitas delas eram aliciadas fora da localidade das fábricas. Segundo os documentos, as trabalhadoras eram recrutadas principalmente no Alto Jequitinhonha, mais precisamente nas proximidades da cidade de Diamantina, incluindo aí os povoados do Serro, Mendanha e Tapera. Em menor escala outras cidades como Montes Claros, mais ao norte, e Sabará, mais ao centro da Província, também se constituíram em lugares para o recrutamento de mão-de-obra feminina para as fábricas. Esta prática pode ser vista como uma estratégia para manter por mais tempo o trabalhador na fábrica, conforme explicita o gerente da Fábrica do Cedro, em carta de 17 agosto de 1889:

[...] Recebei, pois, vinte moças que V. S^a queira fazer-me o favor de obter-me, não é que eu tenho necessidade de operários, mas V. S^a sabe que nestes serviços são sempre precisos reforços, acrescendo ainda que os operários de fora, mesmo por essa circunstancia, oferecem constância e estabilidade no serviço, acontecendo o contrario aos do lugar, que encontram sempre muitos motivos para se abstrárem de suas obrigações [...]. (Livro Copiador de Cartas Fábrica do Cedro, 1888-1889, p.419-420 – grifo nosso)

Ao se pensar de forma mais amiúde sobre as condições de trabalho que envolvia as mulheres no cotidiano das fabricas é de se supor que se tratava do grupo mais fragilizado dentre todo o operariado. Pobres, sozinhas, longe de casa e da família, necessitadas do trabalho e sem muitas opções de vida, as mulheres, ao que tudo indica, acabaram se submetendo com mais facilidade as condições e a ordem impostas nestes estabelecimentos. É importante assinalar aqui que por mais degradantes que tenham sido essas condições, para

muitas a fábrica se tornou um “lugar seguro”, um trabalho lícito, que pudesse talvez afastá-las de atividades vistas como mais degradantes e aviltantes como a mendicância e a prostituição.

3.2 - O lugar das mulheres na fábrica: a fiação e a tecelagem

Segundo o Regulamento para os Operários da Fábrica do Cedro de 1872, esta fábrica se dividia em 8 seções assim discriminadas: portaria, fiação, urdume, tecelagem, preparação, tinturaria, ferraria e carpintaria. Mas era na fiação e na tecelagem onde se encontravam as mulheres.

O início da vida de trabalho das operárias dava-se na fiação executando as tarefas consideradas mais simples. As trabalhadoras mais habilidosas, pacientes e delicadas se encarregavam dos fusos, emendando os fios que arrebatavam nos filatórios. Outras cuidavam das espulas, das bobinas, das canelas, além da limpeza do ambiente e de outras tarefas adjacentes. Na medida em que cresciam, adquirindo compleição física, tornando-se mais diligentes, desenvoltas, demonstrando inteligência, bom comportamento, obediência e aptidão para o trabalho, poderiam mudar de ocupação, chegando a operar os teares na tecelagem.

A tecelagem era a seção mais feminina das fábricas. Isto porque, além de concentrar maior número de mulheres em relação aos homens, no conjunto das operárias, esta seção reunia o maior número de trabalhadoras do sexo feminino empregada nas fábricas. Em 1913 havia 181 mulheres trabalhando na fábrica do Cedro, desse total 101 se encontravam na tecelagem, ou seja, cerca de 55% das mulheres trabalhavam nessa seção.¹⁴ Situação que se repetiu em anos posteriores. Ocupar-se dos teares era o máximo que as operárias poderiam chegar neste processo de ascensão dentro da fábrica e, era também a ocupação que lhes possibilitava remunerações melhores em relação às suas companheiras, já que ganhavam por produção. Com as operárias mais práticas e com mais destreza, consideradas boas tecelãs pelos chefes e gerentes, a situação se agravava, pois chegavam a operar dois teares, simultaneamente, como descrito na missiva abaixo:

[...] Tenho arranjado de modo que para o maquinismo nosso, só tenho admitido alguns meninos e umas 4 moças (do convento) para os fusos, sendo os 30 teares novos trabalhados pelas antigas operárias, uma em dois teares, nos saindo assim a tecelagem com diferença de 30 a 40% mais barato [...]. (Carta do gerente da Fábrica da Cachoeira em 23/02/1887, Caixa Box nº 11 A- MTDMM)

Observa-se que tal procedimento representava para a Cia um lucro, segundo o gerente de 30 a 40%. Isto explica o fato deste procedimento ter sido adotado por algum tempo pelas fábricas da CCC. Todavia em torno da primeira década de 1900 com a aquisição de teares mais modernos e mais ágeis, os industriais reavaliaram a decisão de distribuir duas tecelãs por tear.

Algumas características físicas eram consideradas importantes para as candidatas ao trabalho fabril, principalmente na tecelagem. Expressões como: robustas, sadias, desembaraçadas, práticas, inteligentes e que tivessem acima de 14 anos, especialmente quando era para o trabalho nos teares eram constantes nas cartas com o objetivo de arregimentar trabalhadoras. Em outras seções como a fiação eram empregadas meninas bem mais jovens. Os dados apresentados pelos livros de registros de operários dão conta de crianças com sete anos sendo contratadas para tarefas na fiação.

De qualquer forma, a necessidade de trabalhadoras com este perfil sinaliza para a importância da compleição física da operária, sugerindo que moças muito franzinas poderiam ter dificuldades em realizar as tarefas. Além disso, elas deveriam ter agilidade suficiente para

¹⁴ Livro de Ponto da Fábrica do Cedro – set/1892 a dez/1894 - MTDMM

acompanhar o ritmo imposto pela máquina e serem suficientemente inteligentes para aprenderem a operá-las. Vistas pelo avesso, estas preocupações e inquietações dos gerentes parecem dizer que de fato, o trabalho na tecelagem era árduo, penoso e de difícil execução, exigindo por isso, não só habilidades motoras e mentais, mas também certa força física para suportar o ritmo do trabalho. Desta forma, somente moças sadias, fortes, desenvoltas e práticas podiam se ocupar da tecelagem, de maneira a produzir bons tecidos dentro de um tempo hábil.

Esta demanda das fábricas chama a atenção para outra questão, ou seja, a da dificuldade da formação de trabalhadoras para o trabalho. Uma carta de autoria do gerente da Fábrica de São Vicente endereçada ao gerente da Fábrica do Cedro é um valioso depoimento do quanto este processo era custoso e levava tempo:

[...] Me parece impossível mandar-te as 12 tecelonas das melhores que tem em S. Vicente, conforme pedes, bem vêes que tomei a meu cargo a organização dos serviços daquela fábrica e entregá-la montada com pessoal e tudo mais em ordem. Conhece que nos tempos atuais não é tão fácil se arranjar isso, e debes entender que não é sem muito trabalho que isto tenho arranjado. Atualmente tenho 67 teares trabalhando com pessoal todo ainda atrasado, e não dando por essa razão uma produção agradável; como pois hei de mandar-te as melhores tecelonas? Algumas tecelonas tocam a dois teares. [...]. (16/07/1894, Caixa Box nº 5 – MTDMM- grifo nosso).

Não foram encontrados documentos que esclarecessem sobre o processo de formação dos operários, mas o que tudo indica é que o aprendizado se dava mesmo no trabalho, na lida diária com a máquina, como diz novamente o gerente da Fábrica de São Vicente: “esta semana a fábrica tem trabalhado muito bem com 34 teares, e se as tecelonas fossem práticas todas, faria muito pano”.¹⁵ Segundo Bernardo Mascarenhas o caminho de se obter bons operários passava necessariamente pelo “tempo e aplicação”¹⁶ no trabalho.

Contudo, a despeito de toda a dificuldade de se encontrar trabalhadoras que fossem boas para o trabalho, as tarefas executadas pelas mulheres eram as menos valorizadas tanto em termos salariais quanto de prestígio. Ademais, na maioria das vezes, elas ficavam fora das bonificações extras dadas pelos gerentes aos operários. O trabalho executado pelas mulheres era considerado de fácil aprendizado, cuja execução não exigia conhecimentos técnicos mais elaborados.

Esta situação reflete uma divisão sexual do trabalho instituída nas fábricas analisadas, apresentando em seu bojo uma classificação dos operários entre os que eram considerados “qualificados” onde, geralmente, se encontravam os trabalhadores do sexo masculino, e os “não qualificados”, grupo no qual as mulheres estavam situadas. Analisando o processo de mecanização ocorrido nas primeiras fábricas têxteis, Conessa Vaz de Macedo ajuda a entender o contexto da CCC e o significado do que seria um trabalhador qualificado e um não qualificado. Segundo ela:

Às transformações engendradas pelo sistema de máquinas, acompanham modificações a nível da divisão do trabalho. Por um lado, as máquinas exigem operários qualificados, aqueles que ficarão a cargo da manutenção e do conhecimento técnico relativo à produção. Por outro, a ampliação da divisão do trabalho requer trabalhadores especializados – não qualificados, no sentido de não deterem o conhecimento técnico de produção, bem como trabalhadores auxiliares. Estas categorias serão os novos operadores das máquinas. (1985, p.18)

¹⁵ 11/03/1893 – Caixa Box nº 5 - MTDMM

¹⁶ 1º Relatório Anual da Cia. Cedro e Cachoeira apresentado à Assembléia de Acionistas – 17 de março de 1884-MTDMM

Aos homens, ao contrário, estavam reservadas as seções e as tarefas consideradas mais qualificadas, para as quais eram exigidos conhecimentos técnicos mais elaborados, como as chefias, as de escritório, o controle e manutenção das máquinas, as que envolviam o acabamento dos tecidos como a tinturaria, além de outras similares. Um pouco da divisão sexual do trabalho existente na Fábrica do Cedro entre os anos de 1872 a 1930 pode ser vista no QUADRO 1¹⁷ abaixo:

QUADRO 1
Discriminação das Funções Segundo Sexo e Seção
Fábrica do Cedro – 1872-1920

(Continua)

OCUPAÇÕES	SEÇÃO	TRABALHADOR SEGUNDO O SEXO	DESCRIÇÃO
Descaroçador	Fiação	Masculino	Separar o algodão das sementes
Abridor	Fiação	Masculino	Abrir as fibras do algodão
Batedor	Fiação	Masculino	Bater violentamente as fibras do algodão com o objetivo de separar as impurezas
Maçaroqueira	Fiação	Masculino	Operar a maçaroqueira com a finalidade de confeccionar fios mais grossos
Pavieiro Fino	Fiação	Masculino	Preparação de fios mais finos
Paveirista	Fiação	Feminino	Produção de fios no filatório
Meadeiras	Fiação	Feminino	Medição de fios. Hoje já existem máquinas que realizam essa tarefa.
Caneleiras	Fiação	Feminino	Substituição das espulas cheias do filatório por espulas vazias
Desmanchadeira	Fiação	Feminino	*
Liçadeiras	Tecelagem	Feminino	Liçar o rolo urdido no tear e trocar as lançadeiras vazias pelas cheias
Bobinadeiras	Urdume	Feminino	Confeccionar as bobinas de fios, retiradas das espulas do filatório. Essas bobinas eram encaminhadas para os teares. Em muitos casos a tarefa das operárias era a de carregar as bobinas de um lugar para outro.
Espuladeiras	Fiação	Feminina	Abastecer os filatórios munindo-os com as bobinas de fios e adaptando-as aos fusos, passando os fios pelas guias e fixando as extremidades dos mesmos às canelas, a fim de aprontá-las para a produção de espulas.
Enfiadeira	Urdume	Feminina	Encher e abastecer o casal de canelas que eram colocadas na urdideira afim realizar a urdidura da teia
Confecção de órgãos	Tecelagem	Feminina	Enrolar as teias nos órgãos dos teares, passando os fios por um rastilho a fim de manter a teia numa largura determinada e segundo a disposição de fabrico
Telecelãs	Tecelagem	Feminina	Operar o tear
Tintureiro	Tinturaria	Masculina	Tingir fios têxteis, submetendo-os a banhos em substâncias corantes, para dar-lhes a coloração desejada. ₁

¹⁷ Os livros de ponto e de pagamentos só começaram a discriminar as funções a partir de maio de 1913. Até esta data o seu preenchimento privilegiava, ao que parece, os grupos familiares, não sendo possível a identificação das ocupações de cada trabalhador ou trabalhadora. Desta forma para o preenchimento do quadro se buscou subsídios em Giroletti (1991), no Código Brasileiro de Ocupações e nos dados apresentados por algumas fontes primárias investigadas.

...	Sala de Panos	Mista	Examina os tecidos fabricados, observando textura, estamparia, cor, acabamento, dimensão e outras características, para descobrir possíveis falhas que comprometam a qualidade da produção.
...	Estamparia	Masculina	...
Maquinistas	Geral	Masculina	...
Carpintaria	Geral	Masculina	...
Ferraria	Geral	Masculina	...
Ronda	Geral	Masculina	...
Carretos	Geral	Masculina	...
Pedreiros	Geral	Masculina	...
Tarefistas	Geral	Mista	...
Escritório	Geral	Masculina	...

Fontes: GIROLETTI, D. Fábrica: convento e disciplina. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991 PINHEIRO, Thomaz Bordallo. Manual do fabricante de tecidos – Paris Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, Aillaud, Alves e Cia.[192?] (Col. Biblioteca de Instrução Profissional)

Fábrica da Cachoeira : Pessoal Técnico , 1886 – Livro de Relatórios de 1883 a 1903 – MTDM

Relação das Máquinas e do Pessoal da Fábrica do Cedro , 1915 – MTDM

Código Brasileiro de Ocupações. Fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados. Ministério do Trabalho e Emprego. Acessível em:

<http://www.mte.gov.br/Empregador/CBO/procuracbo/conteudo/tabela2.asp?gg=7&sg=5> .Acessado em 5/02/2009

CEDRO. Procedimentos Operacionais, 23/08/2007

... Não se dispõe dos dados

Com relação ao QUADRO 1, ressalta-se que as ocupações assinaladas como masculinas ou femininas eram executadas exclusivamente por trabalhadores do sexo especificado, já as que estão assinaladas como mistas, se justifica por terem sido encontrados registros de trabalhadores de ambos os sexos. No caso da Sala de Panos a primazia era feminina, já com relação aos tarefistas o número de mulheres e homens era equilibrado. Ressalta-se novamente que as mulheres estavam principalmente nas ocupações que envolviam a produção dos fios e tecidos. Já os homens ocupavam as seções que abrangiam a direção e administração das fábricas, as de suporte técnico e operacional como os maquinistas, os responsáveis pela ronda, pela ferraria, pela carpintaria e outras semelhantes

A grande questão aqui é que tudo isso serviu para justificar práticas de desvalorização do trabalho das mulheres em relação aos dos homens. O salário pago às operárias, de modo geral, se aproximava ao valor pago aos trabalhadores do sexo masculino considerados menos qualificados, e eram ligeiramente superiores aos pagos às crianças. Tomando-se como referência o livro de ponto da Fábrica do Cedro de 1883 a 1885 vê-se que as mulheres recebiam em torno de 40 a 60 réis por hora de trabalho, o que lhes rendia uma diária de 700 réis em média. Para os homens esta hora de trabalho era em média acima dos 80 réis, possibilitando um salário diário em torno de 900 a 1.000 réis, ou seja, 20% a 30% a mais que as mulheres.

É importante destacar ainda que as fontes investigadas sinalizam que essa divisão sexual do trabalho dentro na CCC perdurou pelos menos até 1940. Ou seja, mais de 50 anos depois da instalação da primeira fábrica em 1872, as mulheres continuaram a executar as mesmas tarefas para as quais foram requisitadas no século XIX – permaneceram como fiandeiras e tecelãs.

Todavia, como já foi dito, mesmo antes do surgimento das fábricas capitalistas, as mulheres já se envolviam como as atividades têxteis. Assim, é possível pensar que o tempo dedicado a este ofício possibilitou a elas, conforme dito por Conessa V. de Macedo (2006), o desenvolvimento de saberes e habilidades fazendo delas verdadeiras profissionais da produção têxtil artesanal. Mas, conforme foi observado, ao se inserirem nas fábricas, as

mulheres se viram colocadas na posição de trabalhadores secundários. De conhecedoras e especialistas de um ofício entraram na fábrica capitalista como auxiliares, importantes sim, mas de caráter secundário que só adquire sentido a partir do trabalho masculino.

O que parece justificar esta representação do trabalho da mulher é uma concepção que permeou de modo geral a produtividade feminina ao longo do tempo e que foi incorporada à produção de fios e tecidos, a qual, segundo a pesquisadora alemã Treusch-Dieter, se assenta em três aspectos básicos:

1. É um fazer contínuo, em permanente rotação. O que se produz logo desaparece e se transforma em outra coisa.
2. Parece não ter importância alguma no tempo, nenhuma relevância histórica, é um “agora contínuo”, sem nenhuma noção de presente, nenhuma raiz no passado, nenhuma construção de futuro.
3. Aparentemente, é um fenômeno natural. Tudo parece mover-se sozinho, sem exigir muita assistência da pessoa ocupada. Como se o produto gerasse a si mesmo. (*apud* MACHADO, 2003, p. 181)

Os efeitos desta concepção podem ser vistos nos baixos salários pagos às mulheres, nas tarefas monótonas e fragmentadas, na desconsideração do saber necessário a sua execução, mesmo quando exigiam grande destreza e habilidades manuais e submetendo-as a extensas jornadas de trabalho. Um processo de desvalorização que acompanha a história da vida e do trabalho da mulher e que insiste em subordinar a sua autonomia, capacidade e liberdade de gerir sua própria vida, ao poder masculino. Poder esse que esteve presente em diversas dimensões da vida social, inclusive no trabalho e nas fábricas têxteis capitalista, onde toda a ordenação, organização e dominação eram masculinas.

Um monumento erigido em uma das praças da cidade de Juiz de Fora, em homenagem ao industrial mineiro Bernardo Mascarenhas, fundador da CCC talvez reproduza essa concepção. Constituído “por um busto de bronze sobre um artístico pedestal de granito. Encontram-se no pedestal duas figuras de bronze: uma mulher, representando uma alegoria à indústria e a outra de homem, significando uma alegoria ao trabalho [...]” (*apud* Alysson M. VAZ, 2005, p. 44).

Se pensar que o autor do monumento, ao representar o trabalho como algo masculino, fazia referência ao ato de pensar e idealizar todo o processo produtivo dentro da fábrica, aí sim, nada mais simbólico do que a figura masculina. Já que cabia aos homens essa função, pelo menos no período histórico em questão.

Pode-se então perguntar o que significava a utilização da figura feminina como simbologia da indústria. Arrisca-se a responder que, provavelmente, se tratava de uma metáfora, associada à capacidade geradora da mulher, ou seja, da mesma forma que a mulher gerava filhos para a nação e os acolhia e alimentava em seu seio, a indústria também os recebia e, ao mesmo tempo gerava riqueza para essa mesma nação. E assim, mais uma vez, a força de trabalho feminina foi desconsiderada como relevante para a indústria nacional. A afirmação de Maria Valéria Junho Pena sobre a representação da mulher ajuda a reforçar esse fato, que segundo ela:

[...] a mulher se representa como um sujeito no mundo através dos seus órgãos genitais, em torno do seu útero. É pela reprodução que ela contribui para a história. [...] A identidade feminina ao útero, à reprodução e à maternidade, ao mesmo tempo em que organiza o modo como socialmente a mulher é representada, permeia seu conjunto de experiências no ambiente social, desde a construção de si própria, até sua participação no trabalho coletivo. (1981, p. 218)

Assim, não se pode deixar de assinalar que a simbologia retratada no monumento nos parece equivocada e injusta em sua representação. Ao homem que detinha o

comando da indústria caberia representar a indústria. E às mulheres que constituíam a maioria dos operários nas fábricas caberia a representação do trabalho. Diante disto, considera-se que lançar mão da figura feminina para representar a indústria e escolher o homem como representante do trabalho é deixar de perceber e reconhecer a importância que a mão-de-obra feminina representou para a nascente indústria brasileira.

Dessa forma há que se pensar em como essas mulheres foram lembradas e tiveram registrada a sua passagem como trabalhadoras. Ao que tudo indica as operárias não foram consideradas como trabalhadoras intrinsecamente e sim a partir de sua condição de mulher no século XIX. Eram tratadas como um grupo social desprovido de qualquer referência social, frágil e carente, necessitadas acima de tudo do amparo, da caridade e da proteção dos industriais e gerentes das fábricas analisadas.

4 - Os conventos de fábrica

A opção por trabalhadoras sós e sem família fez surgir nas fábricas uma instituição simbólica para as mulheres do século XIX, os conventos. Eles foram espaços criados pelas fábricas de tecidos com a finalidade de abrigar as operárias solteiras, viúvas sem filhos e órfãs. Foi uma prática adotada não só pela CCC, como também por outras fábricas como a de Marzagão, Gabiroba, Biribiri entre outras. (GIROLETTI, 1991, p.171)

No caso da CCC foram organizados conventos nas três fábricas: Cedro, Cachoeira e São Vicente. O Convento da Fábrica do Cedro foi assim descrito pelo gerente desta fábrica:

[...] A fábrica sustenta aqui um convento onde são recolhidas moças operárias, regidas por uma senhora de excelentes qualidades e de toda confiança, sob cujas vistas vivem as moças satisfeitas, em comunidade, passeando, indo à missa no arraial, que é próximo; tem médico, o botico por conta da fábrica, e só provêem de comestíveis e vestuário; as despesas de alimentação tornam-se medíocre para cada uma, visto como é repartida entre todas, sendo a casinha uma só; assim quanto maior for o número, mais favorável se tornará a despesa de cada uma. O Convento é sujeito a gerência geral [...] (Livro Copiador de Cartas Fábrica do Cedro, 1888-1889, p.419-20 – Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas, Fábrica do Cedro)

Apesar dessa percepção quase redentora, ela não esconde alguns aspectos que foram característicos do funcionamento desses espaços dentro das fábricas. Na missiva acima é possível perceber a preocupação em vigiar, fiscalizar, controlar e cuidar, por parte dos gerentes e da pessoa responsável por reger o convento, denominada de abadessa.

De fato, as moças moradoras do Convento tinham o dia-a-dia controlado pelos horários das fábricas. Sua rotina diária se compunha de trabalho, orações e repouso noturno. Algumas estudavam e, neste caso, se dirigiam à noite para as escolas noturnas para o sexo feminino, mantidas nas fábricas. Nos domingos podiam ir à missa, mas sempre acompanhadas pela abadessa. Além de uma “clausura” quase monástica, as suas moradoras eram encarregadas também das tarefas de limpeza, cozinha e tudo mais necessário a manutenção dos mesmos. As despesas com alimentação eram divididas entre as residentes, conforme descrito na carta do gerente da Fábrica do Cedro escrita em 6 de dezembro de 1882, para o gerente da Fábrica da Cachoeira:

[...] Continuando a nossa de 22 do p.p. A proposta que fazemos a Sra. Anna é a seguinte: vir desempenhar o cargo que aí ocupa a regente do seu convento, podendo estabelecer aqui os estatutos internos em vigor no de aí, ficando à vontade de trabalhar por conta própria na fábrica ou em casa nos serviços compatíveis com sua inteligência, posição e aptidão. Quanto à alimentação dela e das moças que ficarem sob sua vigilância, será também como aí em comum, à própria custa e semanalmente

rateadas as despesas que serão feitas em comum acordo entre ela e elas, mas sempre sob a direção da regente [...]. (Livro Copiador da Fábrica do Cedro de 1882, p. 343)

A escolha da regente do Convento era cuidadosamente feita pelo gerente ou diretor da fábrica. Deveria ser uma pessoa idônea, solteirona ou viúva e que estivesse disposta a aceitar as condições de trabalho. Geralmente eram mulheres que, dadas as suas condições econômicas e sociais, acabavam por aceitar o emprego.

De acordo com Domingos Giroletti (1991), os conventos possuíam, para os gerentes, o significado de um lugar “sagrado”, onde a seriedade, a moralidade, a disciplina e a ordem deveriam ser mantidas a todo custo. Isto servia para garantir a legitimidade desses espaços diante da sociedade. Mas segundo Surellot (1970), a prática de empregar mulheres sozinhas e “enclausurá-las”, considerada pelos industriais como um “verdadeiro ato de caridade” deve ser analisado com cuidado. No reverso desta caridade está a possibilidade de empregar um grupo de operárias que sozinhas se tornam menos resistentes à ordem e às relações estabelecidas dentro da fábrica. “Onde a disciplina era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres” (HOBSBAWN, 1977, p. 66-67). A maneira como o gerente da Fábrica do Cedro se refere a um grupo de operárias encaminhadas para o trabalho na fábrica, corrobora com o que esta sendo dito:

[...] A respeito das operárias vindas, estimo que não haverá contratos especiais, por que, como dizes na mesma de 11 de p.p. vão trabalhar nas condições comuns, cada uma segundo as habilitações que tiver, e conseqüentemente com o salário que for estipulado [...]. (20/03/1890 - Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1889 a 1890, p. 214 – MTDMM, grifo nosso).

Vê-se pelo conteúdo da missiva acima que as mulheres eram contratadas sem muita certeza do que iriam fazer dentro das fábricas e, muito menos, quanto ganhariam para isso. E dadas as condições nas quais eram recrutadas, ficava muito difícil para elas se retirarem do trabalho depois de contratadas. Pois, sendo mulheres, sem dinheiro e longe da família a recusa por delas do que lhes era oferecido, era algo quase impossível.

O certo é que os conventos se constituíram em uma estrutura vantajosa para os industriais. Estes se encarregavam da sua edificação e conservação, mas todo o resto era custeado pelas operárias como a manutenção doméstica, a alimentação e sua preparação, além de outros gastos nisto inclusos. A contratação das mulheres para o convento onerava muito pouco aos proprietários, além de creditarem a eles a benevolência em disponibilizá-lo, considerado assim em mais uma vantagem oferecida às mulheres, qual seja a moradia com baixo custo para as trabalhadoras. Conforme argumenta o gerente da Fábrica do Cedro em carta de 15 de maio de 1889: “lembro-lhe que ninguém aqui tem despesas tão diminutas como as operárias do convento”.¹⁸

Diante de tudo isso é possível considerar os conventos como uma estratégia instituída pelos patrões para lidar com as operárias, possibilitando a eles maior exploração da força de trabalho feminina, além da organização de um processo educativo e formativo que passava pelo controle, vigilância e disciplinarização voltado especificamente para as mulheres. Vistos desse modo, os conventos explicitam de forma singular o viés de gênero que perpassou as relações sociais dentro das fábricas. Quando se pensou em moradias para operárias solteiras e viúvas, o imaginário masculino buscou como referência o que a sociedade da época oferecia de mais “apropriado”, ou seja, o convento católico, e assim foi feito. E apesar de não guardar vínculos formais com a Igreja, os conventos das fábricas muito se assemelhavam aos que foram instituídos por esta instituição. Da mesma forma que os

¹⁸ Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1888 a 1890, p.187 – MTDMM

católicos, foram também símbolos do “lugar” e da maneira de se lidar com a mulher operária, e especialmente com a sozinha: segregada, “enclausurada”, escondida, vigiada e controlada.

Segundo Tânia Quintaneiro (1995), as solteiras eram as que sofriam maior controle, quase excluídas da sociedade eram sujeitadas a uma vigilância “desagradável e fiscalizadora”. Todo esse contexto parece refletir a ambigüidade da atuação patronal, observada por Margareth Rago (1985), na qual se vê a proteção dada pelos industriais aos trabalhadores que viviam em condições deploráveis de vida, mas que em seu reverso se instaura um conjunto de ações que tem como finalidade última fiscalizar, controlar, disciplinar e educar as mulheres.

É certo que a disciplina, o controle e o trabalho foram uma rotina imposta a todos os trabalhadores das fábricas, porém no caso das mulheres isso assumiu dimensões singulares, pois nada semelhante ao convento foi encontrado para acomodar os trabalhadores sozinhos do sexo masculino. Além disso, a interferência direta na vida privada das operárias, por parte dos gerentes, era algo recorrente, principalmente quando se tratava da sexualidade e dos encontros afetivos das trabalhadoras. A preocupação com o comportamento e a moralidade, principalmente em relação às operárias, começava ainda no recrutamento dessas, quando se buscava recrutar moças boas e bem comportadas.

No bojo desse processo está uma “relação pedagógica” pela qual as fábricas buscaram formar as operárias ao mesmo tempo em que as educava enquanto mulheres, a partir de um modelo de feminino idealizado: trabalhadeiras, ordeiras, disciplinadas, asseadas, diligentes, virtuosas, obedientes, recatadas, bem comportadas e tementes a Deus. Modelo esse fundamentado nos padrões morais, sociais e culturais vigentes, reproduzindo de forma singular a relação patriarcal presente na sociedade da época. Nesse sentido, as fábricas acabaram se juntando a outras instituições como a escola, a família e a religião, cada qual à sua maneira, que igualmente, se encarregaram de educar e formar as mulheres. Uma carta escrita por uma operária necessitada de trabalho em uma das fábricas da CCC é um valioso depoimento do quanto essa “relação pedagógica” foi aprendida pelas mulheres, que perceberam que submissão, consentimento e aceitação da ordem estabelecida poderia ser a garantia de trabalho:

[...] Rogo por mim e por minha família emprego em sua fábrica, digo com pureza somos bons empregados, obedecemos ao patrão, cumprimos seus mandatos. (...) Estamos aqui há um ano, e ainda não tomamos nenhum pito e nenhum grito. Eu trabalho muito bem no tecido, meu menino trabalha muito bem no filatório, nos liços, é muito esperto, sabe enfiar pano liso, trançado e espinha de pechi, cumpre tão bem sua obrigação que ainda não foi preciso dar-lhe pito nem ralho [...]. (04/03/1890-Caixa Box nº 18 A – Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas – CCC)

Analisando a relação entre o trabalho fabril e a condição feminina Perrot avalia que:

Na fábrica, a máquina reproduz, e mesmo agrava a divisão das tarefas e a subordinação feminina, a autoridade do contramestre ou da religiosa, substituindo autoridade do pai. (...) A máquina a introduz no espaço público, ao passo que se quer obstinadamente, conservá-las no espaço privado. (2005, p. 230)

Assim sendo, é oportuno pensar que o trabalho fabril carregava uma contradição, pois se por um lado abria a possibilidade de uma nova ocupação e maior renda para as mulheres e junto a isso a inserção delas em um espaço público e masculino. Por outro, as fontes analisadas ajudaram a revelar a tentativa manter na ordem do privado, a vida das

mulheres dentro da fábrica, onde os conventos das fábricas podem ser considerados a expressão maior dessa contradição.

Na perspectiva das mulheres, possivelmente, os conventos foram “um mal necessário”, algo a que se sujeitarem diante das condições miseráveis em que viviam, pelo fato de estarem sozinhas, sem marido ou pais que pudessem ampará-las tanto social quanto economicamente. Essas mulheres tinham diante de si a necessidade de dar conta de suas vidas, num momento no qual não recebiam nem formação, nem possuíam autonomia para isso. Elas eram ao contrário a filha, a esposa, a mãe de um homem. Nesse contexto, os gerentes e proprietários das fábricas acabaram substituindo a figura desse homem “protetor”, “disciplinador”, “controlador”, “dominador”. O conteúdo de uma missiva de autoria do Gerente da Fábrica da Cachoeira datada de 30 de agosto de 1900 não deixa dúvidas quanto a isso:

[...] Tem esta por motivo principal avisar-te que devido ao incorreto comportamento do tintureiro [...], o qual procurou seduzir neste local uma empregada, moça de família, o que ficou automaticamente comprovado por uma carta escrita pelo próprio punho do mesmo à mesma moça, despachei-o hoje deste estabelecimento [...] O tal tintureiro é uma droga das mais ordinárias, seduziu e mandou raptar uma mocinha ingênua; e para exemplo e moralidade do lugar vou processá-lo, assinando como parte no processo[...]. (Caixa Box nº 30 A – MTDMM – grifo nosso)

Como ficam as mulheres em meio a tudo isso? No avesso de toda essa história encontram-se as mulheres operárias sobre as quais muito se fez e muito se falou, porém pouco se ouviu. Sabe-se que estavam lá, trabalharam muito e a despeito de tudo souberam conquistar seu lugar nas fábricas de tecidos, sendo consideradas como “os melhores empregados”, conforme mencionado anteriormente.

Segundo Michelle Perrot (2005, p.257), “à primeira vista o consentimento parece suplantar a revolta”. Consentimento quanto à desvalorização do trabalho, pelos salários mais baixos, pela reclusão forçada nos conventos em troca de trabalho, pela aceitação da ordem, da disciplina, do controle e da vigilância que sobre elas pairou de forma particular. Mas, é novamente Perrot que pondera que “as mulheres não são nem passivas, nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam não bastam para contar sua história” (2005, p. 152).

De fato em uma leitura mais atenta das situações narradas nas diversas cartas produzidas pelos gerentes da CCC, bem como outras oriundas de sua rede de correspondentes tais situações podem ser vistas como rastros reveladores de táticas de burla de algumas mulheres contra o sistema de vigilância, controle e mesmo contra o próprio processo de proletarização que batia a sua porta. Os namoros, as escapulidas, os encontros fortuitos, as exigências por moças de bom comportamento, os enfretamentos diretos contra a hierarquia e a dura disciplina impostas a elas e as dificuldades em arregimentar trabalhadoras, dentre outras, deixam transparecer que as mulheres encontraram meios de “escapar” de tudo isso. De um jeito ou de outro, descobriram caminhos para externar as suas vontades, idéias, sentimentos e desejos, fazendo-se assim presentes e notadas, jeito esse que não combinava com o que era esperado delas, ou seja, submissão, passividade, subordinação.

Segundo Michel de Certeau (1994) modalidades de ação desviacionistas, que não obedecem à lei do lugar, mas que manipulam e alteraram as estratégias. Maneiras de fazer que se aproveitam do sistema e da ordem estabelecidos pelas estratégias, revertendo dentro do possível as relações de dominação. E nas palavras de Perrot:

[...] poderes informais das mulheres que controlam de fato a parte mais importante dos recursos e das decisões; nessas condições, a perpetuação do “mito” do poder

masculino serve aos interesses dos dois “gêneros”; por trás da ficção desse poder, as mulheres podem desenvolver à vontade suas próprias estratégias. (1988, p.171)

Além de algumas cartas já transcritas, outras se constituem em depoimentos que lidos pelo avesso, tornam-se valiosos indícios de algumas práticas de burla das mulheres diante de toda essa situação. Práticas essas que não passaram despercebidas e despertaram nos industriais desde reações próximas à ira até as de comiseração e pena, conforme pode ser visto nos trechos transcritos abaixo:

[...] Depois que tenho-me zangado com as libertas mostrando-lhes a estrada, fazendo-lhes ver que ou hão de trabalhar em regras ou sair; depois que tenho mesmo metido a palmatória em algumas diabas atrevidas, a coisa está endireitando. Estou disposto a isso, e não sofrer desaforo, visto que nem (...) não querem sair do antigo ninho da preguiça.[...] (Do gerente da Fábrica de São Sebastião, 25/08/1888 – Caixa Box nº 3 – MTDMM)

[...] Há aqui uma operária, filha de uma família de Montes Claros, que é moça atrevida e malandra, e que não quer se sujeitar a ordem e nem a ninguém da fábrica. Deixou o tear sem dar satisfação a pessoa alguma, e a mãe, que tem mais 3 filhas, quer mandá-la para o Convento daí (...). Peço-te para que neste sentido sejas ainda mais pontual para com o pedido dessa empregada insubordinada, e não a aceites aí para que torne-se mal exemplo para as irmãs que aqui ficam. É preciso que essa sujeita fique a toa em casa até que a velha se veja na necessidade de mandá-la para a fábrica [...]. (Do gerente da Fábrica de São Sebastião, 1891 – Caixa Box 11 – MTDMM)

[...] Vi-me obrigado a expulsar o mestre Pitta d’esta fábrica, em vista de seu procedimento, metido em namoros com uma antiga rapariga do convento. Despachei a rapariga e ele acompanhado-a pôs-lhe casa no Curvelo onde estão talvez [...] (Do gerente da Fábrica da Cachoeira, 30/08/1885 – Caixa Box nº 2 – MTDMM)

[...] A minha opinião é está: seja o perverso dispensado, e recaindo em benefício da ofendida a quantia que ele tem depositada para garantia de seu contrato, visto como de nada aumenta a Cia. esse pecúlio. Assim ela se casará com algum outro idiota trabalhador e recuperada a sua honra perdida ou roubada. (...) Penso que perdeu todas as qualidades requeridas para mestre geral da fábrica uma vez que não só abusou da simplicidade de uma tola sua subordinada como tem praticado aqui desatinos escandalosos, o que está no domínio de todos os habitantes do estabelecimento [...] (Do Gerente da Fábrica da cachoeira, 25/02/1889 – Caixa Box nº 11 – MTDMM)

5 - Considerações finais

Buscou-se aqui delinear um panorama da inserção das mulheres em fábricas têxteis mineiras no início do processo de industrialização na província. O que se viu foi um grupo de mulheres fragilizado em termos sociais e econômicos, que encontrou nas nascentes fábricas de tecidos a alternativa contra o acirramento da miséria. E assim o fizeram, trabalharam com dedicação, servindo à fábrica de modo exemplar. Eram economicamente mais rentáveis, pois ganhavam menos e raríssimas vezes eram contempladas com alguma gratificação extra. Eram também mais constantes e assíduas, trabalhando a maior parte delas, por produção e quando moradoras dos conventos, encarregavam-se do próprio sustento. Além disso, dada as condições em que se encontravam, a necessidade de trabalho era grande e, assim, ao que parece, submetiam-se melhor à dominação, ao controle e à vigilância patronal e masculina imposta por estes estabelecimentos industriais. Por isso puderam ser consideradas “os melhores empregados”.

As trabalhadoras encontraram nas fábricas condições de trabalho hoje, consideradas aviltantes. Opressão, desvalorização, exploração, menos autonomia e liberdade

do que os trabalhadores do sexo masculino, uma dupla vigilância dos patrões e das regentes dos conventos e quiçá de seus companheiros de trabalho, o isolamento dos conventos, dentre outras coisas. Mas não há como negar a despeito destas condições, as fábricas possibilitaram o emprego, o salário, a moradia, a proteção e até certo ponto a dignidade de vida, coisas tão necessárias às trabalhadoras naquele contexto social e cultural.

No entanto, quando se olha todo esse cotidiano e as várias dimensões que o permeiam ver-se-á que ele se faz de contradições. Se por um lado pode-se dizer que as condições de trabalho pelas quais as trabalhadoras se depararam, encontram explicação no próprio modo capitalista de produção. Por outro a relação estabelecida pelos gerentes com “suas” operárias, as preocupações, os cuidados e até mesmo certo zelo quanto à integridade moral dessas moças, que a princípio parece ter existido no cotidiano fabril, podem ser rastros de uma estreita relação entre determinados elementos culturais com as práticas capitalistas. Há que se perguntar em que medida alguns elementos do imaginário e da representação social que se tinha dos papéis de homens e mulheres no período aqui contemplado, não ajudam a explicar as atitudes dos industriais, ora como patrões, ora como verdadeiros “pais”, “irmãos” ou outro membro masculino responsável por proteger as mulheres?

Mas para isso se faz necessário se aprofundar em estudos que levem em consideração a cultura e talvez a sua relação com a economia. Considera-se que tais aspectos estiveram presentes no cotidiano fabril, impactando diretamente na vida das mulheres dentro das fábricas. A partir disso outras questões ainda estão em aberto: em que medida as mulheres corresponderam a tudo isso? Que valores culturais estavam presentes na relação entre as fábricas e as mulheres? Em que medida esses valores eram compartilhados entre proprietários e gerentes? De onde vem esse arcabouço cultural vivido pelos gerentes e que foi levado para dentro das fábricas? Que relação isso tem com a religião, com a família e até mesmo com o contexto político e social do período? Visto a partir desses aspectos que papel a fábrica capitalista cumpriu na vida das mulheres? Possibilitou mais autonomia? Representou uma mudança efetiva no mercado de trabalho para as mulheres? Que proteção se buscava para elas nas fábricas? Que significado isso tinha para a vida delas? O que foi vivido pelas trabalhadoras na CCC foi comum a outras operárias de outras fábricas, principalmente mineiras? Algumas indagações que ao serem respondidas podem contribuir sobremaneira para ampliar o conhecimento que se tem acerca das trabalhadoras mineiras, num período importante da história de Minas Gerais.

Bibliografia

- CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DUARTE, Regina Horta. O povoado do Cedro: um palco, muitas histórias. *Revista do departamento de História da UFMG*. Vol. 1, nº 2, p. 102-120, jun. 1986.
- HOBBSAWM, E. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.
- GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial: 1991
- LIBBY, Douglas Cole *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACEDO, Concessa Vaz. *Diferenciação ocupacional e salarial do operariado feminino “vis-à-vis” o masculino na indústria brasileira*, 1985. Dissertação (Mestrado em Economia). CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

_____. A indústria têxtil, suas trabalhadoras e os censos da população de Minas Gerais do século XIX: uma reavaliação. *Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n.35, jan/jun, 2006, p.207-232.

MACHADO, Ana Maria. O Tao da teia: sobre textos e têxteis. *Estudos Avançados*, v.17, n.49, 2003.

MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. *Centenário da Fábrica do Cedro*. Belo Horizonte: Cedro e Cachoeira, 1972.

MASCARENHAS, Nelson Laje. *Bernardo Mascarenhas: o surto industrial em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Aurora LTDA. 1954.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

_____. *As mulheres ou o silêncio da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos do Brasil: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajeros do século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RESENDE, Ana Paula Mendonça de. A organização social dos trabalhadores fabris em São João Del – Rei: o caso da Companhia Industrial São Joanense. 2003. Dissertação – (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

SENNA, Nelson. *Anuário de Minas Gerais*, 1913. [S.l.: s.n].

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979

SURELLOT, Évelyne. *A mulher no trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970. (História e Sociologia)

TAMM, Paulo. *Uma dinastia de tecelões*. Edição particular, 1960.

THOMPSON E. P. *A formação da Classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (vol. II)

VAZ, Alisson Mascarenhas. *Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar – 1883-1987*. Belo Horizonte: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, 1990.

_____. *Bernardo Mascarenhas: desarrumando o arrumado – um homem de negócios do século XIX*. Belo Horizonte: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, 2005